

**HABEAS CORPUS Nº 541.934 - SP (2019/0320206-4)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
IMPETRANTE : LUIZ OCTAVIO FACHIN  
ADVOGADO : LUIZ OCTÁVIO FACHIN - SP281864  
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PACIENTE : JOSE DOS SANTOS FLORENTINO (PRESO)  
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, impetrado em benefício de JOSÉ DOS SANTOS FLORENTINO, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se da inicial que o paciente foi denunciado e teve a prisão preventiva decretada, em 13/08/2018, pela suposta prática do delito previsto no artigo 121, § 2º, inciso IV, c. c o artigo 29, ambos do Código Penal, e, por uma vez no artigo 121, § 2º, inciso IV, combinado com os artigos 14, inciso II, e 29, todos do Código Penal (fl. 23).

Irresignada, a d. Defesa impetrou **habeas corpus** na origem, pleiteando a revogação da prisão preventiva. O tribunal de origem denegou a ordem em acórdão que restou ementado nestes termos:

*"PENAL. "HABEAS CORPUS". HOMICÍDIOS QUALIFICADOS CONSUMADOS E TENTADOS. PRISÃO PREVENTIVA.*

*Pretendido relaxamento da prisão preventiva por excesso de prazo para a formação da culpa. Descabimento. Uma vez constatado o regular trâmite da ação penal, não há falar em excesso de prazo, pelo menos no momento. No caso dos autos, trata-se de ação com dois acusados, com necessidade de expedição de precatória para oitivas, inclusive, o assistente de acusação requereu reotiva de duas testemunhas, o que foi deferido, o que torna mais morosa a conclusão do feito. Do existente, não se constata desídia por parte da autoridade impetrada ou do Ministério Público. Presentes os requisitos legais de admissibilidade da medida extrema, destacada a*

*relevante gravidade do fato, pelo possível risco que pode ensejar, no momento, a libertação do paciente, evidenciada que ficou sua periculosidade. sendo necessária a manutenção da custódia para assegurar a ordem pública e para assegurar aplicação da lei penal, até porque há notícia nos autos de ameaça de testemunhas, evitando-se, inclusive, primordialmente, tentativa de término do ilícito já inicialmente realizado" (fl. 22).*

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante alega a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a justificar a decretação de sua segregação cautelar.

Aduz que o paciente está sofrendo constrangimento em razão do excesso de prazo para a formação da culpa já que encontra-se custodiado desde o dia 16/06/2018.

Argumenta que: *"foram ouvidas testemunhas de acusação e de defesa, em ambos os casos não se apontou, em nenhum momento, a participação do Paciente JOSÉ no crime objeto desta ação penal"* (fl. 11).

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva.

A liminar foi indeferida às fls. 95-98 e as informações foram prestadas às fls. 102-132.

O Ministério Público Federal, às fls. 136-142, manifestou-se pela Denegação do **writ**, em parecer ementado nos seguintes termos:

*"HABEAS CORPUS. ART. 121, § 2º, INCISO IV. C/C ART. 14. INCISOS I E II, E ART. 344, TODOS DO CÓDIGO PENAL (CRIMES DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONSUMADOS E TENTADO, E COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO).*

*PRISÃO PREVENTIVA ALEGAÇÃO DEFENSIVA DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. ANDAMENTO PROCESSUAL NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. INSISTÊNCIA DAS PARTES NA OITIVA DE TESTEMUNHAS. CIRCUNSTÂNCIAS QUE TORNAM A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO MAIS DEMORADA PENAS MÍNIMAS COMINADAS AOS DELITOS CONTRA A VIDA QUE, EM ABSTRATO, SÃO CONSIDERAVELMENTE SUPERIORES AO*

*TEMPO DE CUSTÓDIA CAUTELAR ATÉ O PRESENTE MOMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. REFERÊNCIA A ELEMENTOS CONCRETOS, QUE EVIDENCIAM A PERICULOSIDADE DO PACIENTE. NOTÍCIA, AINDA, DE AMEAÇAS A TESTEMUNHAS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*

*PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM"* (fls 136-137).

É o relatório.

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

**Inicialmente**, quanto a alegação de que *"foram ouvidas testemunhas de acusação e de defesa, em ambos os casos não se apontou, em nenhum momento, a participação do Paciente JOSÉ no crime objeto desta ação penal"* (fl. 11), tal matéria sequer chegou a ser analisada pelo Tribunal de origem, circunstância que impede qualquer manifestação desta Corte Superior de Justiça sobre o tópico, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

Ilustrativamente:

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. ART. 41 DO CPP. ATIPICIDADE. NÃO AFASTADA DE PLANO. APROFUNDADO REEXAME DO ACERVO FÁTICO E PROBATÓRIO. INVIABILIDADE NESTA VIA ESTREITA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA*

**PRISÃO PREVENTIVA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.**

*I - O trancamento da ação penal constitui medida de exceção, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, inépcia da inicial acusatória, atipicidade da conduta, presença de causa de extinção de punibilidade ou ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria.*

*II - Nos termos do art. 41 do CPP, a denúncia conterá a "exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas".*

*III - No caso, a exordial acusatória descreveu os fatos criminosos, em tese, praticados, individualizando as condutas dos recorrentes de forma até mesmo exaustiva para a complexidade da causa, assim, compatível com a fase processual, além de adequada a garantir o exercício da ampla defesa e do contraditório.*

*IV - Segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a prova da materialidade e a presença de indícios mínimos de autoria. Prevalece, na fase de oferecimento da denúncia, o princípio do in dubio pro societate.*

*V - No presente caso, é possível verificar a presença dos indícios mínimos necessários para a persecução penal, sendo certo que o acolhimento da tese defensiva - atipicidade das condutas - demandaria necessariamente amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento, a toda evidência, incompatível com a via do habeas corpus e do seu recurso ordinário. Precedentes.*

*VI - A decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) e aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397), não demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório. Precedentes.*

*VII - No caso concreto, não tendo se manifestado o eg. Tribunal a quo acerca das medidas cautelares diversas da prisão preventiva, não compete a esta Corte Superior analisar a matéria em supressão de instância, nos termos do entendimento consolidado neste Tribunal Superior, verbis: "**No seio de habeas***

*corpus, não é possível conhecer de temas não tratados na origem, sob pena de supressão de instância" (AgRg no HC n. 400.382/RS, Sexta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 23/06/2017).*

*Recurso ordinário em habeas corpus desprovido." (RHC 109.737/PR, Quinta turma, Rel. Ministro Felix Fischer, DJe 04/06/2019-grifei.)*

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE AGENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA EXTREMA. TEMA NÃO EXAMINADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRIÇÃO CORPORAL FUNDADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. HISTÓRICO CRIMINAL DA AGENTE. ATOS INFRACIONAIS PELO MESMO DELITO. FUNDADO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. CUSTÓDIA FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO EVIDENCIADA. RECLAMO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, DESPROVIDO.**

**1. Não há como se examinar a alegada desproporcionalidade da prisão ante tempus, uma vez que tal questão não foi objeto de exame e deliberação pelo colegiado estadual ao exarar o acórdão combatido, circunstância que inviabiliza a aspirada análise direta por este Sodalício, sob pena de indevida supressão de instância.**

**2. Não há constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente na garantia da ordem pública, em razão das circunstâncias em que cometido o delito e do histórico criminal do agente.**

**3. Caso em que as particularidades do delito que ora se examina - em que a acusada, em comparsaria, mediante violência real ("gravata" e luta corporal) e grave ameaça exercida com simulação de arma de fogo, subtraiu veículo e objeto pessoal da vítima, motorista do aplicativo "99POP", que atendeu o chamado do grupo criminoso de madrugada, sendo surpreendido com o assalto no final da corrida - evidenciam a ousadia e a maior periculosidade da agente, mostrando que a prisão é mesmo devida para o fim de acautelar-se o meio social, evitando-se, inclusive, com a medida, a reprodução de fatos**

*criminosos de igual natureza e gravidade, risco que se pode afirmar concreto, diante do modus operandi empregado.*

*4. Além disso, a segregação justifica-se ainda pelo fundado risco de reiteração delitiva, pois, apesar da primariedade, a autuada possui passagens pelo mesmo delito quando menor.*

*5. Concluindo-se pela imprescindibilidade da preventiva, fica clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, cuja aplicação não se mostra adequada para a preservação da ordem pública.*

*6. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, na extensão, desprovido." (RHC 109.850/MG, Quinta turma, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 06/06/2019-grifei.)*

Cumpre ressaltar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (**v.g. HC n. 93.498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 18/10/2012**).

Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta eg. Corte: HC n. 449.354/MG, **Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 28/06/2018**; HC n. 423.503/SP, **Sexta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 14/03/2018**; RHC n. 82.459/CE, **Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 22/09/2017**; AgRg no HC n. 382.353/MG, **Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 04/04/2017**.

Tal advertência, contudo, não se aplica ao caso em exame. Transcrevo, para delimitar **a quaestio**, o seguinte excerto da r. decisão que decretou a prisão cautelar, **in verbis**:

*"Considerando os elementos constantes da investigação e o*

*parcial conteúdo da denúncia que está na iminência de se efetivar, tem-se que os investigados são suspeitos da prática de dois crimes de homicídio consumados e um tentado, sendo que os fatos teriam ocorrido em 24/03/2018, por volta das 23h15, no estabelecimento comercial conhecido por "Bar do Braz", localizado na Estrada Ivo Macris, nesta cidade de Americana/SP*

*Embora não se possa adiantar a análise do mérito, há indícios de autoria, com materialidade comprovada **Então, é possível a partir de elementos indiciários decretar a prisão preventiva para a garantia da ordem pública (prática recente de homicídios consumados e um tentado, por conveniência da instrução criminal (segurança para as testemunhas e vítima sobrevivente, havendo notícias de ameaças existentes) e para aplicação da lei penal (um dos suspeitos, Urias, está foragido, impedindo a aplicação da lei penal)***" (fls. 52-53-grifei) .

Extrai-se, ainda, do acórdão objurgado:

*"Conforme verificado na denúncia, no dia 24 de março de 2018, por volta das 23 horas e 15 minutos, na Estrada Intermunicipal Ivo Macris, na Comarca de Americana o paciente e o corréu Urias Elmo Santana da Silva, agindo com evidente ânimo homicida, e usando de recurso que dificultou a defesa, mediante disparos de armas de fogo, mataram Lazaro Ferreira da Silva e Leones Ramos Ferreira da Silva, além de tentarem matar Reinivan Brito Santana, não se consumando o crime por circunstâncias alheias às suas vontades.*

*Consta ainda que, no mesmo dia, na cidade de Paulínia, o paciente, visando favorecer interesse próprio, usou de grave ameaça, por palavras, contra pessoa que presenciou os Crimes (razão pela qual foi chamada a depor como testemunha protegida em inquérito policial).*

*Segundo foi apurado, o paciente e o corréu se encontravam num bar, onde também se encontravam os ofendidos, mas integravam grupos distintos. Em determinado momento, a vítima Leones iniciou embate corporal, mediante empurrões, com um indivíduo não identificado, que ali se encontrava. O paciente e o corréu não estavam envolvidos em tal entrevero. Surpreendentemente, porém, se levantaram, sacaram suas armas de fogo e dispararam contra as vítimas. Primeiro, o corréu Urias efetuou dois disparos contra a vítima Reinivan, cujos projéteis atingiram seu braço e sua mão. Depois, o paciente e Urias centraram fogo em Leones e Lázaro, atingindo diversas partes de seus corpos, inclusive quando já tombados ao solo. Cessados os disparos contra os dois primeiros, o corréu Urias voltou a mirar contra a vítima Reinivan, acionando o gatilho de sua arma várias vezes. Entretanto, percebeu que já não mais tinha munição intacta. Por isso, solicitou ao paciente*

**que passasse a ele sua arma, para por fim à vida de Reinivan, só que o paciente também não tinha munição intacta. Daí, ambos deixaram o local** (denúncia de 179/184, dos autos principais).

[...]

Destacada, ainda, a gravidade do fato, pelo possível risco que pode ensejar, no momento, a libertação do paciente, à vítima e à ordem social, evidenciada que ficou sua periculosidade, sendo necessária manutenção do encarceramento provisório, justamente, reforça-se, para assegurar a ordem pública e para assegurar aplicação da lei penal, ressaltando que **há notícia nos autos de que testemunhas foram ameaçadas e que a vítima sobrevivente, inclusive, mudou de cidade por medo. Daí que necessária e adequada, na espécie, a medida cautelar imposta, não surgindo suficiente para tanto outra medida menos rigorosa, evitando-se, inclusive, tentativa de término dos delitos já inicialmente realizados, haja vista dos três pessoas, apenas uma ter sobrevivido**" (fls. 21-30-grifei)

Ora, da análise dos excertos transcritos, observa-se que a segregação cautelar do paciente está devidamente fundamentada em **dados concretos extraídos dos autos**, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para **garantia da ordem pública**, seja em razão da forma pela qual o delito foi em tese praticado uma vez que agindo com evidente ânimo homicida e usando de recurso que dificultou a defesa, mediante disparos de armas de fogo, praticou **dois homicídios consumados e um tentado**, circunstâncias que revelam a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do agente, tudo a justificar a imposição da medida extrema, seja **"por conveniência da instrução criminal (segurança para as testemunhas e vítima sobrevivente, havendo notícias de ameaças existentes)"**, o que justifica o encarceramento cautelar.

Acerca do tema, cito os seguintes precedentes desta eg. Corte Superior:

**"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO NOVO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. RÉU PRONUNCIADO PELA SEGUNDA VEZ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 21 DO STJ. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI E REITERAÇÃO DELITIVA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS**



**CORPUS NÃO CONHECIDO, COM RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE AO JUÍZO DE ORIGEM PARA O JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA.**

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Segundo orientação pacificada nos Tribunais Superiores, a análise do excesso de prazo na instrução criminal será feita à luz do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ser consideradas as particularidades do caso concreto, a atuação das partes e a forma de condução do feito pelo Estado-juiz. Dessa forma, a mera extrapolação dos prazos processuais legalmente previstos não acarreta automaticamente o relaxamento da segregação cautelar do acusado (RHC 58.140/GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 30/9/2015; RHC 58.854/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/9/2015, DJe 30/9/2015).

3. Na hipótese, verifica-se que o feito observou seu transcurso regular, pois o paciente teve a prisão preventiva decretada em 26/3/2013, tendo o mandado sido cumprido apenas em 27/12/2014. O paciente foi pronunciado em 25/9/2014 e, anulada a decisão que o pronunciou em 13/7/2017 em razão da interposição de recurso em sentido estrito pela defesa, sobreveio nova pronúncia em 13/6/2018. Interposto novo recurso defensivo, este foi parcialmente provido em 25/7/2019.

4. Nos termos da Súmula n. 21/STJ, pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.

5. Como se verifica, embora o paciente esteja cautelarmente segregado há aproximadamente cinco anos, o processo segue seu trâmite regular, uma vez considerada a complexidade dos processos submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri e, especificamente, a pluralidade de réus - 5 no total -, a necessidade de diligências para localização do paciente, que foi citado por edital por ter permanecido foragido por um ano e nove meses, bem como de interposição de recurso em sentido estrito por duas vezes, diante da anulação da primeira decisão de pronúncia. Dessarte, não se identifica, por ora, manifesto constrangimento ilegal imposto ao paciente passível de ser reparado por este Superior Tribunal, em razão do suposto excesso de prazo na custódia provisória.

6. A teor do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal, havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

7. No caso em análise, a custódia provisória está suficientemente motivada na garantia da ordem pública, tendo em vista a periculosidade do paciente, que se evidencia na gravidade concreta da conduta delitiva e na comprovada reiteração delitiva. Segundo se afere, o paciente, em concurso de agentes e com animus necandi, teria desferido disparos de arma de fogo contra a vítima "em decorrência do tráfico de drogas e seus conseqüências comerciais".

**8. Observa-se, portanto, que o modus operandi do delito não deixa dúvida de que a colocação do paciente em liberdade constitui risco concreto à ordem pública, o que justifica o encarceramento cautelar.**

9. Consigne-se, ademais, que a colocação do paciente em liberdade representa risco concreto ao meio social, pois trata-se de réu reincidente, que possui "registros por tráfico de drogas e crimes violentos".

10. Habeas corpus não conhecido. Expeça-se, no entanto, recomendação ao Juízo da 3ª Vara do Júri do Foro Central da Comarca de Porto Alegre a fim de que se atribua a maior celeridade possível ao julgamento da ação penal do paciente." (HC 511.551/RS, **Quinta turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, DJe 18/11/2019-grifei.)

**"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO CAUTELAR MANTIDA POR OCASIÃO DA PRONÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO COM EMPREGO DA TÉCNICA PER RELATIONEM. VALIDADE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA DA CUSTÓDIA CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. SEGURANÇA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. TESTEMUNHAS AMEAÇADAS. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INVIÁVEIS. RECURSO DESPROVIDO.**

**I - 'É suficiente a fundamentação lançada per relationem na sentença de pronúncia para manter a prisão cautelar, se se reporta à decisão que apresentou motivos reais da necessidade da segregação' (HC 327.069/PI, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe 03/02/2016).**

**II - Na hipótese, o juiz singular não apenas reiterou**

os termos do decreto de prisão preventiva originário, mas adaptou as suas razões ao novo cenário fático-processual, em cumprimento da determinação contida no art. 413, § 3º, do Código de Processo Penal.

III - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores.

IV - A custódia cautelar do recorrente se legítima, em razão de sua periculosidade social, para a garantia da ordem pública, tendo-se em vista a gravidade concreta do delito por ele supostamente praticado - em coautoria e com unidade de desígnios com o corréu -, evidenciada no seu *modus operandi*: homicídio cometido com extrema violência, em plena via pública, sem nenhuma chance de defesa para a vítima, que foi atingida por cinco disparos de arma de fogo, em cumprimento a ameaças de morte feitas no dia anterior.

V - A prisão preventiva do recorrente está justificada também na necessidade de assegurar a instrução criminal. A referida motivação não restou superada, mesmo após o esgotamento da primeira fase do procedimento de julgamento no Tribunal do Júri. As instâncias ordinárias entenderam que está demonstrado que o recorrente impõe temor relevante nas testemunhas e estas ainda poderão ser ouvidas perante o Conselho de Sentença, sendo responsabilidade da justiça garantir que o seu depoimento ocorra livre de constrangimentos.

VI - Revela-se inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.

Recurso ordinário desprovido" (RHC n. 80.191/PR, Quinta Turma, Rel. Ministro Felix Fischer, DJe de 22/3/2017, grifei).

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO TORPE. RECURSO QUE IMPEDIU OU DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. PRISÃO PREVENTIVA. FRAGILIDADE DOS INDÍCIOS DE AUTORIA.**

*MATÉRIA CUJA ANÁLISE DEMANDA REVOLVIMENTO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. VIA INADEQUADA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NOS TERMOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. RISCO PARA A EFETIVIDADE DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA A TESTEMUNHAS. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO E INSUFICIÊNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECLAMO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, DESPROVIDO. 1. Inviável o exame na via estreita do recurso ordinário em habeas corpus da tese de ausência de autoria, por demandar o reexame aprofundado das provas coletadas no curso da instrução criminal.*

*2. Não há constrangimento quando a manutenção da custódia preventiva está fundada nas hipóteses descritas no art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente na necessidade de se acautelar a ordem pública e para assegurar a instrução criminal. 3. No caso, o recorrente é acusado de ter cometido homicídio qualificado, por motivo torpe (relacionamento amoroso entre o recorrente e a namorada da vítima) e mediante recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima (alvejada por um dos vários disparos de arma de fogo efetuados em sua direção quando se encontrava em frente a residência do irmão), em plena via pública. Tais fatos evidenciam a reprovabilidade acentuada da conduta imputada ao agente, bem como a sua efetiva personalidade violenta e periculosidade social, demonstrando a necessidade da prisão para se acautelar a ordem pública.*

*4. A notícia da ocorrência de ameaças contra as testemunhas do delito, familiares da vítima, reforça a necessidade da custódia processual para garantir o bom andamento da instrução criminal.*

*5. Condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a sua necessidade.*

*6. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a segregação encontra-se justificada e mostra-se imprescindível para acautelar o meio social da reprodução de fatos criminosos.*

*7. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, na extensão, desprovido." (RHC 108.762/MG, Quinta turma, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 10/05/2019-grifei.)*

**"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE DO INGRESSO NO DOMICÍLIO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. EXCESSO DE PRAZO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. WRIT CONHECIDO EM PARTE. ORDEM DENEGADA.**

1. As questões atinentes à nulidade do ingresso na residência do paciente, à ausência de indícios suficientes de autoria e ao excesso de prazo para o encerramento do feito não foram apreciadas no aresto combatido, de modo que seu exame, nesta oportunidade, configuraria indevida supressão de instância.

2. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

3. São idôneos os motivos apontados para decretar a custódia provisória do réu, pois evidenciam a gravidade concreta da conduta praticada - homicídio qualificado perpetrado em concurso de agentes, mediante disparos de arma de fogo, motivado por dívida que a vítima mantinha com o paciente, em razão de suposta atividade de agiotagem -, além da necessidade de resguardar a integridade física de uma das testemunhas, que relatou haver sofrido ameaças que a levaram a mudar de endereço.

4. Writ conhecido em parte. Ordem denegada." (HC 526.124/RJ, Sexta turma, Rel. Ministro **Rogério Schietti Cruz**, DJe 29/10/2019-grifei.)

Relativamente ao pretendido excesso de prazo, O tribunal **a quo** manifestou, **verbis**:

*"No presente caso, ao contrário do alegado pelo ilustre impetrante, não se vislumbra exagerada dilação do prazo para formação da culpa. Do existente, dadas as dificuldades enfrentadas, nota-se que o feito (ação com dois réus, várias testemunhas) tramita regularmente, sendo que foi*

*necessária expedição de carta precatória para oitivas, sendo inclusive, requerido pelo assistente de acusação a reoitiva de duas testemunhas, o que foi deferido pelo Juízo, situação que torna a instrução mais morosa, não se vislumbrando, na espécie, conduta inadequada por parte do Juízo, tampouco por parte do Ministério Público, dada a aparente necessidade da medida" (fls. 28-29).*

Ainda, em consulta obtida no sítio do Tribunal de origem ([www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br)), verifico que o trâmite processual ocorre dentro da normalidade, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário.

Ademais, na linha dos precedentes desta Corte, outra não é a conclusão a que se chega senão a de que o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de **razoabilidade** para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

Nesse sentido, colhem-se os seguintes precedentes:

*"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DA DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. PREJUDICADA. MATÉRIA APRECIADA NO HC N. 485.254/RJ INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO PODER JUDICIÁRIO OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS E/OU FUNDAMENTOS. PREJUDICADA. MATÉRIA APRECIADA NO HC N. 481.628/RJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*I - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada por seus próprios fundamentos.*

*II - A alegação de excesso de prazo da custódia cautelar se encontra prejudicada, porquanto já foi objeto de apreciação por esta Relatoria, nos autos do HC n. 485.254/RJ, em 25/3/2019, o qual foi alvo, inclusive, do recurso de agravo regimental, oportunidade em que se restou consignado que, uma vez oferecida a denúncia pelo Ministério Público Federal, houve a perda do objeto do writ.*

*III - Na linha dos precedentes desta Corte, o prazo*

*para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar por meio do juízo de razoabilidade, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.*

*IV - A tese de ilegalidade da prisão preventiva por ausência dos pressupostos e/ou fundamentos já foi devidamente considerada pela Quinta Turma desta Corte Superior, no julgamento do AgRg no HC n. 481.628/RJ, em 19/2/2019, oportunidade em que o agravo regimental foi desprovido, à unanimidade, restando-se clara a existência de reiteração de pedidos.*

*Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 500.217/RJ, Quinta turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 30/04/2019, grifei).*

*"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 157, § 3.º, DO CÓDIGO PENAL, NA REDAÇÃO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.654/2018. INSURGÊNCIA QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO QUANTO À PACIENTE CRISTIANE DE ALMEIDA PEREIRA E SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA QUANTO AOS DEMAIS ACUSADOS. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. DESÍDIA DA AUTORIDADE JUDICIAL NÃO EVIDENCIADA. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA PARTE, DENEGADA.*

*1. No que diz respeito à alegada falta de fundamentação do decreto de prisão preventiva, verifica-se que o presente writ, quanto à Paciente CRISTIANE DE ALMEIDA PEREIRA, veicula mera reiteração de pedido já formulado no RHC n.º 98.579/MG, julgado pela Sexta Turma desta Corte.*

*2. Quanto à suposta ausência dos requisitos da segregação cautelar relacionada aos demais Pacientes e ao pleito de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, cuida-se de teses não apreciadas pelo Tribunal impetrado, o que torna inviável o seu exame por esta Corte, sob pena de supressão de instância. Precedentes.*

*3. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual eles têm sido mitigados pela jurisprudência dos Tribunais Pátrios, à luz do princípio da razoabilidade. Desse modo, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando esse for motivado por descaso injustificado do Juízo*

***processante, o que não se verifica na hipótese.***

*4. De fato, conforme consignou a Corte estadual, "o feito originário é dotado de certa complexidade, uma vez que envolve pluralidade de réus (quatro) e, ao menos, oito (08) testemunhas, o que justifica a dilação do prazo para o encerramento do feito". Registre-se, ainda, que, em consulta formulada na primeira instância, no endereço eletrônico mantido pelo Tribunal a quo, constatou-se ter havido expedição de cartas precatórias para Comarcas diversas da localidade do fato delituoso, tendo sido designada audiência de instrução e julgamento para o próximo mês de abril (1º/04/2019).*

*5. Ordem de habeas corpus parcialmente conhecida e, nessa parte, denegada" (HC n. 486.286/MG, **Sexta turma**, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. **Laurita Vaz**, DJe de 30/04/2019, grifei)*

Diante de tais considerações, portanto, não se vislumbra a existência de qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem, ainda que de ofício.

Ante o exposto, **não conheço do presente habeas corpus.**

P.I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator